

AJUSTE DIRETO – GESBA 02/2025

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE VÍDEO,  
FOTOGRAFIA E *DESIGN* GRÁFICO PARA PUBLICAÇÃO EM REDES SOCIAIS**

CADERNO DE ENCARGOS

janeiro/2025



## 1. Contrato

Não sendo o contrato reduzido a escrito, a requisição, uma vez emitida, assume idêntico valor jurídico ao do contrato, assim como as cláusulas patentes no presente caderno de encargos.

## 2. Objeto



2.1. O presente procedimento visa a **aquisição de serviços de produção de conteúdo de vídeo, fotografia e design gráfico para publicação em redes sociais**, com vista à implementação da estratégia de *marketing* para a profissionalização da marca "*Banana da Madeira*", assente nos pilares fundamentais da visibilidade, credibilidade, interação, valorização histórica e autenticidade, nos termos e condições estipulados no presente caderno de encargos.

2.2. A aquisição insere-se na categoria 92111200-4 "*Produção de films e videocassetes para publicidade, propaganda e informação*", constantes do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

## 3. Preço base

3.1. O preço base global é de **24.900,00 € (vinte e quatro mil e novecentos euros)**, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, dividido nos seguintes termos:

Serviço	Quantidade	Preço base unitário	Preço base total
Realização de vídeo institucional	1	1.000,00 €	1.000,00 €
Design gráfico posts	12/mês* *144/ano	800,00 €/mês	9.600,00 €
Edição de vídeos de 1 minuto	12	500,00 €	6.000,00 €
Filmagens/Fotografia	13	500,00 €	6.500,00 €

 219 

Despesas de produção	1	1.800,00 €	1.800,00 €
		<b>Preço base global</b>	<b>24.900,00 €</b>

3.2. O preço base fixado no ponto precedente resultou do preço apresentado em sede de consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP.

#### 4. Preço contratual

4.1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente as despesas inerentes à celebração do contrato, despesas de produção, designadamente, as despesas relativas à afetação de pessoal, alimentação e deslocação dos meios humanos e materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### 5. Revisão de Preços

Em sede do presente contrato não haverá lugar à revisão de preços salvo se for determinado por ato legislativo ou administrativo.

#### 6. Prazo de vigência do contrato

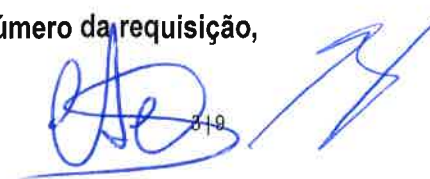
6.1. O contrato objeto deste procedimento é **válido pelo período de 1 (um) ano** e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura e publicitação no portal BASEGOV.

6.2. Para efeitos do disposto no número anterior, conta a data da última assinatura quando esta ocorra em datas diferentes.

#### 7. Condições de pagamento

7.1. Para efeitos de pagamento, o cocontratante deve apresentar ao contraente público a correspondente fatura, **a qual só poderá ser emitida após o cumprimento da obrigação respetiva.**

7.2. A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da requisição,



**bem como tem de conter a descrição do objeto (serviço) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.**

**7.3.** O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias **após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**

**7.4.** Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior, são devidos juros moratórios nos termos da lei.

**7.5.** O cocontratante deve processar faturas eletronicamente no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

**7.6.** O EDI utilizado pela entidade adjudicante é o iLink – Solução EDI e faturação eletrónica, acessível através do sítio da internet [www.ilink.pt](http://www.ilink.pt).

**7.7.** Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **8. Obrigações do cocontratante**

**8.1.** O cocontratante é responsável pela qualidade dos serviços a prestar e pelos bons resultados, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos.

**8.2.** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

### **8.2.1 Conteúdos a produzir:**

#### **I. Vídeo:**

- i. 12 (doze) vídeos com cerca de 1 minuto;
- ii. 1 (um) vídeo institucional com cerca de 3 a 5 minutos;
- iii. 13 (treze) vídeos para *reels* com cerca de 15 segundos.

#### **II. Fotografia:**

- i. Nos dias de gravações, deverão ser realizadas fotografias para promoção nas redes sociais e para constar na base de dados digital da empresa.

#### **III. Design gráfico:**

- i. 12 (doze) *post* mensais durante um ano, o que corresponde a um total 144 (cento e quarenta e quatro) *post* gráficos/ano.

### **8.2.2. Serviços incluídos:**

- i. 1 (um) vídeógrafo e 1 (um) fotógrafo durante os dias de gravação;
- ii. Edição de vídeo;
- iii. Adaptações para redes sociais;
- iv. Entrega do produto final em 4K;
- v. *Drone*;
- vi. *Color grading*;
- vii. Grafismo animado;
- viii. Áudio;
- ix. Entrevista;
- x. Iluminação.

**8.3.** A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, ainda, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**8.4.** Por força do disposto no n.º 2 do artigo 451.º, o cocontratante deve cumprir com o exigido no artigo 419.º-A, ambos do CCP.

## **9. Local da prestação/execução dos serviços**

Os serviços objeto do contrato serão prestados/executados no território geográfico da Região Autónoma da Madeira.

## **10. Direitos de propriedade intelectual**

**10.2.** A titularidade do direito de autor relativo ao produto da prestação de serviços em apreço pertencerá à GESBA, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na sua redação atual.

**10.3.** Não obstante, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, a faculdade de introduzir modificações na obra dependerá do acordo expresso do seu criador.

## **11. Penalidades**

**11.1.** Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP, nomeadamente:



5 | 9

- a) Em caso de atraso na prestação dos serviços, o contraente público notificará o cocontratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, regularizar a situação;
  - b) O contraente público aplicará ao cocontratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
  - c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao cocontratante serão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
- 11.2. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias aplicadas nos termos do presente ponto.
- 11.3. Nas situações previstas no número anterior, o valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.
- 11.4. As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **12. Gestor do contrato**

Fica designado como o gestor do contrato o colaborador Marco Gonçalves, com o endereço de correio eletrónico [marco.goncalves@gesba.pt](mailto:marco.goncalves@gesba.pt) e telefone 291 701 050, com as funções descritas no artigo 290-A.º do Código dos Contratos Públicos, bem como verificar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, conforme artigos 7.º-A e 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação (CCP adaptado à RAM).

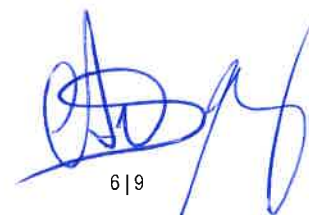
## **13. Resolução do contrato pelo cocontratante**

O cocontratante poderá resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

## **14. Resolução do contrato pelo contraente público**

14.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos ou, concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:

- a) A prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada;



- b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução da prestação de serviços (quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
- c) O aumento injustificado dos preços;
- d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
- e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução da prestação dos serviços, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
- f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.

**14.2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

**14.3.** A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos serviços já realizados em conformidade com o contrato.

## **15. Casos fortuitos ou de força maior**

**15.1.** Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

**15.2.** Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**15.3.** Não constituem força maior, designadamente:

- a. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- b. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- c. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

- 15.4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 15.5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **16. Proteção de dados**

- 16.1.** No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato a celebrar, as partes observam escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da lei.
- 16.2.** Ao abrigo do disposto no número anterior, as partes obrigam-se, nomeadamente:
- a)** Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos;
  - b)** Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
  - c)** Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;
  - d)** Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
  - e)** Informar imediatamente a outra parte, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em causa a segurança e integridade dos Dados Pessoais;
  - f)** Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
  - g)** Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados



8/9

personais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

#### **17. Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

#### **18. Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

